

O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL-PERIFÉRICO E O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 2000

Elizabeth Moura Germano Oliveira¹

Sessões ordinárias

Área 2: História Econômica e Economia Brasileira

Subárea 2.3: Economia Brasileira Contemporânea

RESUMO

Nosso objetivo neste trabalho é realizar um estudo a respeito da natureza do Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico brasileiro (1990-2013) e, mais precisamente, na sua fase mais recente, nos anos 2000. Tendo em vista a complexidade inerente à interpretação do capitalismo brasileiro do século XXI, buscamos uma perspectiva totalizante através da investigação da lógica que rege a dinâmica político-econômica do país em suas múltiplas dimensões. Esta tarefa é feita a partir da integração analítica entre duas distintas matrizes interpretativas: a noção de *padrão de desenvolvimento*, tal como elaborada por Luiz Filgueiras, e a noção de *subimperialismo*, formulada por Ruy Mauro Marini, nos marcos da Teoria Marxista da Dependência. Através do exame da disputa entre os setores monopolistas hegemônicos (grande burguesia compradora e grande burguesia interna), percebemos que o subimperialismo contemporâneo é uma expressão da ascensão política da burguesia interna e do avanço de seu processo de monopolização, de tal forma que esta fração logrou transformar seu projeto de classe em projeto “nacional”. Por meio da análise da dinâmica contemporânea do bloco no poder, contribuimos em alguma medida com a atualização histórica do subimperialismo, identificando e discutindo algumas das formas pelas quais este fenômeno tem se manifestado em tempos neoliberais.

Palavras-chave: Subimperialismo. Dependência. Padrão de desenvolvimento liberal-periférico. Economia brasileira.

ABSTRACT

Our goal in this work is to perform a study of the nature of the Standard Peripheral Liberal Brazilian Development (1990-2013) and, more precisely, in its most recent phase in the 2000s. Given the complexity inherent to the interpretation of Brazilian capitalism of the century, we seek an overall perspective by investigating the logic that governs the political- economic dynamics of the country in its multiple dimensions. This task is taken from the analytical integration between two distinct interpretive matrices: the notion of pattern development, as elaborated by Luiz Filgueiras, and the notion of sub-imperialism, Ruy Mauro Marini formulated by, within the framework of Marxist Theory of Dependence. By examination of the dispute between the hegemonic monopoly sectors (big comprador bourgeoisie and large bourgeoisie), we realize that contemporary subimperialism is an expression of the political rise of the domestic bourgeoisie and advance the process of monopolization, so that this fraction was able turn their class project on "national" project. Through the analysis of the contemporary dynamics of the power bloc, contributed in some measure to the historical update subimperialism, identifying and discussing some of the ways in which this phenomenon has manifested in neoliberal times.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA. elizabethmoura@hotmail.com. Este texto foi extraído da dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2014.

Keywords: Subimperialism. Dependence. Standard Liberal-Peripheral Development. Brazilian economy.

1 INTRODUÇÃO

Ab’Saber (2011) nos lembra que Lula, em tom provocador e irônico, iniciou seu governo afirmando que surpreenderia tanto a direita quanto a esquerda. Hoje, passados onze anos com o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, podemos constatar que, ainda que por razões não previstas², ele tinha razão. As transformações pelas quais o capitalismo brasileiro vem passando no novo século representam um verdadeiro enigma que vem inquietando os cientistas sociais brasileiros; a expressão “decifra-me ou te devoro” — à qual Braga (2009) e Coutinho (2010) utilizaram em referência à hegemonia lulista — se mostra bastante contundente para simbolizar nosso desafio de interpretar o atual modelo de desenvolvimento.

Neste texto, procuramos em alguma medida enfrentar tal desafio. Nosso objetivo mais geral é fazer um estudo da natureza do padrão de desenvolvimento brasileiro nos anos 2000, especialmente, no sentido de compreender se a nova dinâmica econômico-política observada no período significou uma *ruptura* com o capitalismo neoliberal ou se ela expressa alguma espécie de *neoliberalismo reformado*.

Pressupomos que o modelo neoliberal não foi deixado para trás e que ele se mantém firme até os dias de hoje. Não acreditamos num continuísmo simplista entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, absolutamente. Sabemos que uma nova dinâmica se impôs e que houve certo reposicionamento do Estado. Também não ignoramos que amplos segmentos da classe trabalhadora se beneficiaram dos aumentos salariais, do crédito e do emprego. Mas acreditamos que as possibilidades de superação de problemas econômicos e sociais ainda são profundamente limitadas, tendo em vista que os elementos estruturais definidores do modelo de desenvolvimento não só foram mantidos como foram fortalecidos: a abertura comercial, a desregulamentação financeira e a livre mobilidade de capitais, a redistribuição de renda e riqueza a favor dos detentores de títulos da dívida pública, o caráter oligopolista e internacionalista da economia brasileira, a inserção internacional passiva³, a vulnerabilidade externa *estrutural*, a instabilidade

² Queremos dizer que, irônica e (em parte) coincidentemente, a história terminou por levar a economia brasileira por caminhos, em alguma medida, inesperados, inclusive pela própria esquerda. De forma alguma sugerimos que a trajetória recente foi fruto das deliberações do governo petista, ao menos, não exclusivamente. Mesmo porque, assim como a Teoria Marxista da Dependência, consideramos que o capitalismo brasileiro se configura como a síntese dialética entre fatores externos e internos à nação.

³ O termo “passiva” não deve ser atribuído à política externa, que proporcionou certo ganho de autonomia relativa desde os anos 1960 e que voltou a ser mais ofensiva na Era Lula. “Passiva” se refere à aceitação do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho como fornecedor de bens de baixo valor agregado, tais como alimentos, matérias-primas e energia.

macroeconômica, entre tantos outros que poderiam ser citados. Entendemos que estes elementos caracterizam o chamado Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico, em vigor desde o início dos anos 1990 até os dias atuais, de acordo com Filgueiras (2013).

Pois bem, mas se consideramos que não houve ruptura com o modelo de desenvolvimento, como explicar, para além da dimensão da macroeconomia, as novas dinâmicas e a reorientação do Estado? Como interpretar o Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico em seu período mais recente? Como afastar a tese do retorno do desenvolvimentismo? Como compreender o reposicionamento (parcial) do Estado em relação à economia?

Para esclarecer em alguma medida tais questões, realizamos uma integração analítica entre duas distintas matrizes interpretativas: (i) a noção de *padrão de desenvolvimento*, tal como formulada por Filgueiras (2013), e (ii) a categoria do *subimperialismo*⁴, formulada por Ruy Mauro Marini, no interior do programa de pesquisa da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Uma das principais riquezas dessas abordagens é a centralidade da disputa entre classes e frações de classes em seus arcabouços. As noções de padrão de desenvolvimento e de subimperialismo realizam a indispensável articulação orgânica entre a economia e a política — aspecto que carece de maiores desenvolvimentos em grande parte dos estudos a respeito. E, para além destas questões, ambas consideram o capitalismo brasileiro como a síntese dialética entre, de um lado, a dinâmica do capitalismo global e, do outro, a dinâmica das forças político-econômicas e histórico-sociais internas, afastando tanto o nacionalismo metodológico quanto as correntes exogenistas.

Resgatamos criticamente a economia política de Marini, particularmente, no que se refere à ideia de que o Brasil, desde os anos 1960, se encontra num estágio⁵ superior de dependência, definido como subimperialismo pelo autor. Porém, tendo em vista que o subimperialismo é um fenômeno dinâmico ao longo do tempo (LUCE, 2011), faz-se necessário historicizá-lo, de modo a captar suas especificidades no capitalismo brasileiro do século XXI. Dado que o subimperialismo é definido, de modo primordial, pela chegada do capitalismo dependente à *fase dos monopólios e do capital financeiro*, procuramos analisar, na *era neoliberal*, a disputa entre as distintas frações burguesas monopolistas — mais precisamente, entre a burguesia compradora e a burguesia interna⁶.

⁴ E que pertencem, também, a distintos níveis de abstração — o padrão de desenvolvimento avança em concretude.

⁵ O termo “estágio” não deve remeter à visão etapista do desenvolvimento, como a de Walt W. Rostow, por exemplo.

⁶ A burguesia interna — conceito formulado por Nicos Poulantzas nos marcos da teoria marxista do Estado — se refere a uma fração da burguesia que se distingue da burguesia compradora (uma extensão da burguesia imperialista presente no interior do país) e da burguesia nacional, que no passado, em alguns países periféricos, se opôs ao imperialismo. A burguesia interna é uma fração intermediária, que não representa diretamente os interesses imperialistas, mas não necessariamente se opõe a estes (BOITO JR., 2006).

Tal estudo corresponde justamente ao atributo central da noção do padrão de desenvolvimento, qual seja: o *bloco no poder*⁷. Percebemos que a ascensão política da burguesia interna e o avanço de seu processo de monopolização, a partir de 1999⁸, possibilitou que seu projeto de classe fosse adotado estrategicamente pelo governo como “projeto nacional”. O que muitas vezes costuma ser atribuído a algum tipo de (neo) desenvolvimentismo — a flexibilização quantitativa do tripé macroeconômico, os incentivos às exportações, a expansão do investimento público, a atuação do BNDES, a implementação de projetos de infraestrutura econômica no Brasil e de projetos de integração física na América do Sul —, na nossa visão, corresponde à necessidade de expansão capitalista dos grandes grupos monopolistas predominantemente nacionais, com vistas a superar o descompasso entre os ritmos de crescimento da produção e do consumo⁹.

O artigo está organizado em três seções, além desta e Introdução e da Conclusão. Na seção que se segue, fazemos considerações a respeito dos conceitos que orientam este trabalho: padrão de desenvolvimento e subimperialismo. Na terceira seção, fazemos uma análise do Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico, especialmente, no que diz respeito aos rearranjos no interior do bloco no poder. E, por fim, na quarta seção, realizamos uma discussão de algumas dimensões cruciais do subimperialismo na forma como ele se expressa nos anos 2000.

2 QUESTÕES TEÓRICAS: OS CONCEITOS DE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO E DE SUBIMPERIALISMO

Nesta seção, apresentamos os conceitos de padrão de desenvolvimento, elaborado por Filgueiras (2013) e de subimperialismo (Ruy Mauro Marini), de forma individualizada. Na sequência, mostramos como estas duas abordagens podem ser integradas e como esse procedimento eleva o potencial interpretativo do capitalismo brasileiro recente.

2.1 O CONCEITO DE PADRÃO DE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

⁷ Bloco no poder — também um conceito de Poulantzas — significa a unidade contraditória das diversas frações da burguesia, sob hegemonia de uma delas, em sua relação política com o Estado. O termo unidade diz respeito à convergência de interesses como capitalistas de um modo geral, e contraditória refere-se às divergências que surgem a partir das diferentes posições que cada capital ocupa no processo de reprodução, do seu tamanho ou da sua relação com o exterior (BOITO JR., 2006).

⁸ Promovida pela necessidade de a burguesia financeira compartilhar sua hegemonia com setores monopolistas exportadores, de modo a garantir um fluxo de divisas por meio do comércio exterior, mais estável que os capitais estrangeiros que entram pela conta de capitais.

⁹ Essa desproporção entre produção e consumo na TMD foi equivocadamente interpretada como subconsumismo. Para ver argumentos atuais contra essa crítica, ver Luce (2011), Osório (2012) e Martins (2006).

Antes de tudo, é preciso deixar claro o que entendemos por *desenvolvimento*: o conceito trabalhado aqui não converge com a ideia de “crescimento sustentado” ou com uma visão etapista¹⁰, segundo a qual o subdesenvolvimento seria um estágio que antecede o desenvolvimento. Tampouco se relaciona com a ideia de superação de problemas sociais, ambientais ou políticos, de forma abstrata e idealizada. Trabalhamos com a perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas de uma determinada formação social, procurando captar suas particularidades econômicas em um tempo histórico delimitado (FILGUEIRAS, 2013). A famosa frase “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, de André Gunder Frank¹¹, é uma boa expressão da concepção aqui adotada. Isso significa que o Brasil não é um país atrasado, como se costuma dizer. Os sistemas econômico, político e social brasileiro são absolutamente contemporâneos; todos os seus problemas e limitações são a manifestação da síntese dialética entre desenvolvimento capitalista global e as particularidades de nossa formação social, desde sempre condicionada pelo primeiro.

Conforme Filgueiras (2013), o bloco no poder é o primeiro atributo definidor do padrão de desenvolvimento, pois expressa a forma como os interesses de cada fração da burguesia são hierarquizados em sua relação no interior do Estado. A forma como o capitalismo se desenvolve numa época histórica específica, nos limites de um espaço nacional, é subordinada aos interesses da fração burguesa que hegemoniza o bloco no poder. A incompreensão de sua dinâmica prejudica a interpretação do modelo de desenvolvimento.

A identificação do bloco no poder como atributo essencial do padrão de desenvolvimento expressa o espírito da Economia Política e supera em larga escala as análises unilaterais do tema — seja na Economia, na Ciência Política ou nas Relações Internacionais — que recorrentemente incorrem no economicismo ou no politicismo.

O bloco no poder, portanto, caracteriza e delimita a natureza do padrão de desenvolvimento, em conjunto com uma série de outros atributos: (i) a relação capital-trabalho; (ii) as relações intercapitalistas; (iii) “o modo como o Estado se articula com o processo de acumulação”; (iv) o progresso tecnológico; (v) o financiamento da acumulação; (vi) a estrutura de propriedade, distribuição de renda e da riqueza e as políticas sociais; (vii) a inserção internacional; e (viii) a organização e representação política (FILGUEIRAS, 2013, p. 381). Dado o objetivo deste trabalho, a análise que segue não abará todos estes atributos, mas fará algumas considerações a respeito dos itens *iii*, *v*, e *vii* (além do bloco no poder).

¹⁰ As expressões “país emergente” e “país em desenvolvimento”, por exemplo, estão subsumidas a uma concepção etapista do desenvolvimento.

¹¹ Como se verá na Seção 2, André Gunder Frank é considerado um dos intelectuais mais conhecidos da Teoria Marxista da Dependência, que também será discutida na próxima seção.

A noção de padrão de desenvolvimento (FILGUEIRAS, 2013), portanto, situando-se num nível mais concreto, possui grande capacidade de identificar elementos econômicos e políticos específicos de um tempo histórico delimitado e de um país em particular.

2.2 SUBIMPERIALISMO: HISTÓRIA E TEORIA

O subimperialismo é uma das mais importantes categorias da Teoria Marxista da Dependência. Foi formulada por Ruy Mauro Marini, uma grande referência nas ciências sociais latino-americanas. Na década de 1960, Ruy Mauro — que já tinha o capitalismo dependente como objeto de estudo na época — percebeu que o subdesenvolvimento brasileiro já não era como o subdesenvolvimento dos demais países da América Latina. O capitalismo no Brasil tinha alcançado um estágio superior da dependência, que o autor, fazendo alguns paralelos com a teoria do imperialismo de Lênin e, simultaneamente, identificando as especificidades de um país periférico, classificou de *subimperialismo*.

A origem do fenômeno se encontra na própria lógica do capital, que em sua necessidade de expansão internacional em meados do século passado, produziu certa diferenciação entre as economias periféricas e, com isso, uma hierarquização no sistema global cuja complexidade superou a simples divisão anterior entre centro e periferia, fazendo emergir subcentros de acumulação capitalista¹². A busca por economias periféricas, nas quais os grandes capitais dos países centrais pudessem dar continuidade ao seu processo de reprodução ampliada, teve como contrapartida o processo de industrialização levado a cabo em determinadas economias dependentes.

Portanto, tendo em vista o sistema mundial capitalista, o Brasil passou a ocupar uma posição intermediária em termos de composição orgânica média nacional do capital e, após atingir certo grau de monopolização e de certa maturidade do capital financeiro, se projetou também como economia expansionista, no sentido de orientar sua ação para conquistar mercados sub-regionais para onde pudesse exportar capitais e bens com maior valor agregado relativo, ou seja, o subimperialismo se dirigiu a outras economias periféricas situadas numa escala inferior à sua. Este processo exigiu do Estado um papel ativo no alargamento das fronteiras da acumulação, tanto como produtor, comprador ou financiador quanto promovendo políticas externas favoráveis ao grande capital.

Vale observar que o subimperialismo é uma categoria própria de *economias dependentes*. A conformação desse novo *status* do capitalismo brasileiro, a partir de meados dos anos 1960, não faz cessar a transferência de valor para economias imperialistas e continua sendo caracterizado

¹² Lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky.

estruturalmente pela superexploração da força de trabalho e pelo divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades sociais. Portanto, subimperialismo implica em dependência e não consiste num imperialismo de menor grandeza, conforme alerta Luce (2011, p. 19). Mesmo estando vinculado à teoria do imperialismo da época da II Internacional, o núcleo teórico do subimperialismo expressa as especificidades da dependência latino-americana.

O que a condição de país subimperialista permitiu foi um ganho de autonomia relativa no sistema mundial — decorrente da diferenciação no universo das economias subdesenvolvidas —, que lhe deu condições político-econômicas de estabelecer mecanismos *adicionais* de compensação da transferência de valor que não mais se resumem à superexploração da força de trabalho; o Brasil também passou a ser apropriador de valor, porém de economias situadas numa escala hierárquica ainda mais periférica. Conforme Marini (2012b), o subimperialismo expressa uma dinâmica que busca contra restar a tendência de queda da taxa de lucro do capitalismo nacional, cuja manifestação se dá com o aprofundamento das contradições inerentes à reprodução ampliada. Corresponde à consolidação da hegemonia no bloco no poder do grande capital produtivo nacional associado ao imperialismo.

Após a leitura dos textos de Marini e de outros autores sobre os quais se apoia, as conclusões tiradas por Luce (2011, p. 106) permitem-no enunciar os termos de sua hipótese a respeito da existência de uma implícita teoria global do subimperialismo:

Prevalecendo relações sociais de produção regidas pela superexploração do trabalho em uma economia dependente, esta, após atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro, tornando-se uma economia de composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais, tenderá a apresentar novas formas de problemas no ciclo do capital; se, para o deslocamento destas contradições, for engendrado o esquema tripartite de reprodução — mercado externo, Estado e consumo suntuário — e uma política de cooperação antagônica em relação ao imperialismo dominante, assegurando a reprodução ampliada do capital, apesar da manutenção da dependência, e promovendo a hegemonia deste país no subsistema regional de poder, teremos o subimperialismo como forma particular do padrão de reprodução do capital.

O que Luce (2011) quer dizer, em outras palavras, é que o subimperialismo é uma totalidade que somente vem a emergir no capitalismo dependente quando se estabelece um nexo ou um vínculo entre seus elementos constituintes, quais sejam: (i) uma composição orgânica média do capital acima dos demais países periféricos ou certo grau de operação do capital financeiro e dos monopólios; (ii) o esquema tripartite de reprodução (mercado externo, Estado e mercado de bens suntuários) ou, em outros termos, o padrão de reprodução do capital; (iii) o exercício da hegemonia em um subsistema regional de poder e (iv) uma relação de cooperação antagônica com o imperialismo (LUCE, 2011).

O conjunto destas variáveis significa que a compreensão do subimperialismo deve levar em consideração a dialética entre diversas dimensões: ele é, ao mesmo tempo, um nível hierárquico do

sistema mundial, uma etapa do capitalismo dependente, um tipo de formação econômico-social e um conjunto de padrões de reprodução do capital (LUCE, 2013).

2.3 INTEGRAÇÃO ANALÍTICA ENTRE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO E SUBIMPERIALISMO

Bem, Marini tomou da definição que Lenin e outros marxistas deram ao imperialismo um aspecto crucial para definir o subimperialismo: a fase dos monopólios e do capital financeiro¹³. Mas se quisermos interpretar a realidade brasileira contemporânea à luz desta categoria (subimperialismo), isso não basta. É preciso analisar o comportamento dos grupos monopolistas, especialmente, da burguesia compradora e da burguesia financeira, para entendermos as razões pelas quais o subimperialismo se mostra mais ofensivo em determinadas conjunturas em detrimento de outras. Para isto, nos valem da noção de padrão de desenvolvimento (Filgueiras, 2013), cujo principal elemento definidor é o bloco no poder. Segue abaixo um quadro de como é feita a integração analítica:

Quadro 1 – Integração analítica entre as noções de padrão de desenvolvimento, de Filgueiras (2013) e de subimperialismo (Marini)

ABORDAGENS		
Padrão de desenvolvimento (Filgueiras)		Subimperialismo (Marini)
Bloco no poder	<i>Principais < atributos de cada abordagem ></i>	Etapa dos monopólios e do capital financeiro
Papel do estado	Demais atributos	Esquema tripartite de reprodução
Inserção internacional		Hegemonia regional
Relações intercapitalistas		Cooperação antagônica c/ o imperialismo
Relação capital-trabalho		Superexploração do trabalho
Progresso tecnológico		Transferência de valor
Financiamento da acumulação		
Estrutura de propriedade		

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações contidas em Filgueiras, 2013 e em Luce, 2011

A integração não se limita aos principais atributos. Observe-se que o subimperialismo também é definido como uma *posição na hierarquia entre os países no sistema mundial*. Isso revela como o estudo da inserção internacional associado ao conceito de subimperialismo é potencialmente enriquecedor. Da mesma forma, a relação capital-trabalho pode ganhar robustez com a categoria da superexploração, e assim por diante. Certamente não pretendemos esgotar a

¹³ Isso não significa que os dois fenômenos (imperialismo e subimperialismo) sejam idênticos — mesmo porque o primeiro caracteriza o capitalismo dos países centrais e o segundo de alguns subcentros da periferia — mas que expressam o amadurecimento do sistema econômico em nível global e, com isso, o aprofundamento do caráter hierárquico entre as nações.

interpretação do capitalismo brasileiro por meio destas duas categorias, mas apenas mostrar um caminho que dê conta de múltiplas dimensões da nossa complexa formação econômico-social.

3 O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL PERIFÉRICO

A presente seção procura investigar as especificidades do subimperialismo num período histórico específico, qual seja, o período do neoliberalismo brasileiro, que começou a se estabelecer em 1990 e se mantém até os dias de hoje. Essa pesquisa mais delimitada no tempo e no espaço — tendo em vista a abrangência da categoria em estudo (o subimperialismo) — como se situa num nível menos abstrato (ou mais concreto) que a TMD, terá sua capacidade interpretativa mais aguçada a partir de uma articulação com o conceito mais concreto de *padrão de desenvolvimento* de Filgueiras (2013), cuja formulação, em geral, é possível compatibilizar analiticamente, com a economia política da dependência.

Acreditamos que o caminho fundamental para a compreensão das especificidades históricas do fenômeno subimperialista nos anos 2000 deve passar pelo estudo da natureza do atual desenvolvimento capitalista do país — que se configurou desde o início dos anos 1990 — e, principalmente, da inflexão sofrida pelo mesmo a partir de 2005, especialmente, no que diz respeito ao seu condicionante (a conjuntura internacional) e os rearranjos ocorridos no interior do bloco no poder.

A análise do padrão de desenvolvimento se justifica porque o subimperialismo tende a se intensificar na medida em que os setores monopolistas da burguesia interna conquistam maior poder político no interior do bloco no poder (e isso começou a se concretizar após o episódio da crise cambial de 1999). Vale observar que vários ramos da burguesia compradora (e internacional) também se beneficiam da hegemonia regional do Brasil fortalecida pelas atividades subimperialistas, mas o fato é que, enquanto a expansão externa do capitalismo brasileiro se constitui numa questão “meramente” estratégica para a burguesia compradora, para a burguesia interna é uma questão de sobrevivência no mercado, principalmente, na atual fase do capitalismo globalizado, na qual as aberturas comercial e financeira implicam num crescente acirramento da concorrência internacional.

A consolidação da hegemonia da burguesia interna no bloco no poder — ainda subordinada à hegemonia financeira — se relaciona fortemente à conjuntura internacional que se conformou nos anos 2000. As relações bilaterais entre a China e o Brasil, principalmente, se refletiram internamente numa nova conformação Estado/burguesia neste último país. Esta discussão coloca em perspectiva as profundas consequências geradas pelo *boom* exportador de *commodities* sobre o rearranjo no interior do bloco no poder e sobre a constituição de uma frente neodesenvolvimentista, sustentada materialmente na expansão das atividades econômicas da burguesia interna.

Os elementos envolvidos nesse processo só podem ser compreendidos como constituintes de uma mesma totalidade se analisados num horizonte temporal, de forma a colocar em evidência o encadeamento entre uma economia dinamizada, principalmente, pelas exportações (até 2005) e, num segundo momento, dinamizada pelo mercado interno (a partir de 2006/2007). Essa trajetória revela que as diversas frações no interior da burguesia interna ascenderam politicamente em diferentes momentos no tempo, começando pelo agronegócio, passando pela indústria intensiva em recursos naturais, até a construção civil (entre outras).

A burguesia interna viu sua rentabilidade crescer de forma vertiginosa e passou a ser um elemento chave na redução da instabilidade macroeconômica, dado que o enorme fluxo de divisas trazido pela venda de seus produtos no mercado internacional resultou na melhora de vários indicadores de vulnerabilidade externa *conjuntural*, o que, por sua vez, possibilitou a adoção de políticas “neodesenvolvimentistas”, ou, de preferência, subimperialistas. Tais políticas refletiram, na medida do possível, o projeto político-econômico da burguesia interna e realimentaram e impulsionaram o capitalismo brasileiro por meio da conjugação das políticas interna — flexibilização do regime de política macroeconômica e financiamento do grande capital via BNDES — e externa, no sentido de garantir mercados externos e fontes de matérias-primas.

A análise que se segue deve tomar como pilar as relações estabelecidas entre o Estado e o bloco no poder, as quais foram condicionadas pela conjuntura internacional e se expressaram internamente nas transformações da estrutura produtiva. Estas relações derivam das formas predominantes pelas quais o capital se reproduz num determinado espaço e tempo histórico e que configuram determinados eixos dinâmicos da economia do país. A conquista de maior poder econômico de determinadas frações da burguesia se expressa no alargamento do seu poder político no interior do Estado.

O padrão de desenvolvimento neoliberal se consolidou ao longo das últimas duas décadas não sem causar tensões no próprio bloco no poder. Na hierarquia deste bloco, abaixo da grande burguesia compradora, está a burguesia interna. Esta é composta pela grande burguesia de vários setores: indústria, agronegócio, construção civil, entre outros. Naturalmente, existem contradições entre estes setores, porém elas são deslocadas para o segundo plano quando se trata da confrontação com o capital financeiro internacional. É justamente a disputa com o capital imperialista — nos mercados interno e, cada vez mais, externo — que unifica frações tão heterogêneas. Elas não se opõem ao imperialismo (mesmo porque depende dele), mas procuram impor alguns limites para não serem “tragadas” pelo capital financeiro internacional. Sendo a fração hegemônica no bloco no poder aquela com maior poder econômico e político, a grande burguesia financeira é uma concorrente muito forte e, por isso, bastante temida pela burguesia interna. A abertura econômica e

a política de juros altos deixaram aquelas frações burguesas numa posição bastante vulnerável, gerando grandes insatisfações e resistências às políticas de liberalização (BOITO JR., 2006; 2012a).

Não havia uma oposição propriamente dita ao programa neoliberal pela burguesia interna, mesmo porque muitas das políticas e reformas foram favoráveis à classe capitalista como um todo: “desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes nos direitos sociais — nas áreas de saúde pública, de previdência pública e de educação” (BOITO JR., 2012a, p. 76). No entanto, a abertura comercial abrupta e as altas taxas de juros implicaram no aprofundamento das contradições ao longo do tempo, pois afetaram seriamente alguns setores de bens de capital e de consumo (têxteis, calçados e brinquedos, por exemplo).

O processo de desindustrialização, iniciado na década de 1980, se intensificou no novo modelo. Somado às crescentes instabilidades macroeconômicas geradas pelas políticas ortodoxas, acabou por aproximar a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) do movimento operário paulista num protesto nacional em Brasília, em 1996 (BOITO JR., 2012a).

A forte instabilidade associada ao modelo em sua versão original levou à crise cambial de 1999, o que obrigou o MLP a sofrer sua primeira inflexão, com a implementação de um novo regime de política macroeconômica e levando o capital financeiro a acomodar no interior do bloco no poder algumas frações da burguesia interna, especialmente, aquelas vinculadas ao agronegócio¹⁴, que passariam a garantir uma fonte de divisas mais estável pela via do comércio externo. Essa estratégia de moderação da instabilidade macroeconômica foi crucial para a sobrevivência do MLP. A desvalorização do real por ocasião da crise foi a primeira condição que permitiu o crescimento da rentabilidade dos setores exportadores.

As privatizações levadas a cabo pelo governo FHC também cumpriram um importante papel para a dinâmica que iria se desenrolar no bloco no poder na década seguinte: foram constituídos grandes conglomerados nacionais e se fortaleceu a presença dos grupos internacionais. Desde essa época, o BNDES vem contribuindo com as transformações na estrutura societária das empresas do país, fazendo emergir uma rede de proprietários entre empresas de diferentes setores e aprofundando o processo de oligopolização. A robustez destes grandes grupos econômicos se deve, em grande medida, à participação acionária de empresas estatais (BNDESPar e Eletrobrás) e de fundos de pensão (Previ, Petros e Funcef). Como se pode perceber, a grande burguesia, seja interna ou compradora, pôde contar com recursos públicos de forma contínua, mesmo após as

¹⁴ Ao longo dos anos 2000, outros setores da burguesia interna também ascenderam politicamente no bloco no poder, tais como a indústria de transformação e a construção civil.

privatizações. Na maioria dos casos, apesar da participação de capitais estrangeiros, o capital nacional assumia o controle das empresas (TAUTZ, *et al.*, 2010).

Assim, a primeira década do modelo neoliberal deixou um legado para os anos 2000 de uma economia ainda mais monopolizada, qualquer que seja a fração da burguesia que ocupe o topo da hierarquia no bloco no poder. Contando com poderosos oligopólios e com a proteção do Estado, alguns setores da burguesia interna puderam estabelecer uma melhor posição em sua correlação de forças com a burguesia internacional, adotando uma posição mais ofensiva nos anos 2000.

As transformações ocorridas na nova década se inserem num conjunto de mudanças cujas forças sociais ativas integram o que Boito Jr. (2012b) chama de frente neodesenvolvimentista, ou seja, o desenvolvimentismo possível no interior do neoliberalismo. Sem entrar na discussão da ideia do desenvolvimentismo em si, o importante aqui é atentar para as classes e frações de classe que constituem a frente política: a grande burguesia interna (que ganhou poder político no governo Lula), o operariado urbano e a baixa classe média, o campesinato — apenas a parte remediada: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e parcela do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) — e uma massa marginal, tanto de sua parcela organizada social e politicamente quanto a da não organizada.

Está claro que esta vasta e heterogênea frente neodesenvolvimentista possui divergências objetivas em diversos planos que por ora não interessam. Mas, por outro lado, essa frente agiu conjuntamente no sentido de dar sustentação política aos governos Lula e Dilma Rousseff, tanto em suas respectivas eleições (2002, 2006 e 2010), quanto na “crise do mensalão” de 2005, motivada por distintas razões. Para o presente trabalho, cabe destacar a participação nesta frente da grande burguesia interna como um dos mais relevantes sujeitos políticos do período (BOITO JR., 2012a).

Como visto na seção anterior, o que, realmente, provocou o *boom* exportador brasileiro nos anos 2000 foi um novo ciclo de crescimento da economia mundial, puxado especialmente pelas economias da China e dos EUA. Observe-se que o forte crescimento das exportações ocorreu em toda a América Latina. Mas qualquer que tenha sido a extensão do fenômeno, o fato é que as exportações passaram a cumprir um papel crucial na viabilidade do MLP. Expressão disso foi o favorecimento do projeto subimperialista da burguesia interna nas políticas do governo, nos limites de um modelo guiado pela lógica financeira de acumulação.

Pois bem, esta burguesia, que conquistou de forma contínua maiores áreas no centro do poder, pôde abandonar sua posição defensiva adotada nos anos 1990, quando da abertura comercial e financeira indiscriminada, para assumir uma postura mais ofensiva nos anos 2000. Desse modo, teve condições de liderar a frente neodesenvolvimentista que sustentou o Estado como protagonista do processo de expansão capitalista brasileiro. A disputa por poder político contra o capital financeiro levou os grandes grupos econômicos predominantemente nacionais a apoiar fortemente o

governo Lula, inclusive no auge da crise política de 2005, considerando que somente com a proteção estatal poderia arregimentar forças para fazer valer seus interesses. Não havia — e não há — pretensão alguma, e muito menos poder para tal, de romper com a lógica financeira do capitalismo contemporâneo (da qual participam ativamente), mas, sim, a necessidade de implementação de um programa de políticas públicas que alavanque sua vantagem competitiva (BOITO JR., 2012a).

4 O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Tendo em vista a definição de Marini (1977), segundo a qual o subimperialismo é “*la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de lo monopolios y el capital financiero*”, pode-se concluir que ele se configura como um elemento *estrutural* do capitalismo brasileiro das últimas cinco décadas. Note-se, porém, que como fenômeno dinâmico no tempo, ele se expressa de diferentes formas em cada período histórico, cujas especificidades são definidas por determinado padrão (modelo) de desenvolvimento.

O subimperialismo contemporâneo exhibe alguns elementos que não correspondem exatamente ao que ocorreu no período analisado por Marini (anos 1960/70), tais como o papel do Estado no fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais através da constituição do capital financeiro (via BNDES), e a maior importância dos setores de menor valor agregado favorecidos pelos recursos públicos — quando, nos anos 1960 e 1970, a tendência foi inversa, ou seja, priorizavam-se os ramos com maior intensidade tecnológica e maior valor agregado. Mas, por outro lado, continua existindo o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades da classe trabalhadora, em que pese algumas medidas que atenuaram em certas questões esse problema¹⁵. De qualquer maneira, as categorias que conformam o subimperialismo¹⁶, mesmo que demandando certa atualização histórica e teórica, continuam contribuindo para a interpretação do capitalismo brasileiro atual.

Portanto, a constatação de que a Era Lula trouxe algumas novidades não invalida a teoria do subimperialismo, especialmente se não perdemos de vista a essência do fenômeno, qual seja: a capacidade política e econômica da burguesia interna de um país de recuperar parcela de sua

¹⁵ Essa é uma questão com várias dimensões contraditórias. Só para exemplificar: por um lado, o Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, atende, de forma inédita, *algumas* frações da classe trabalhadora com enorme déficit histórico habitacional. Por outro, enquanto o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne, ainda persistem problemas de subnutrição em milhares de pessoas no país (LUCE, 2010).

¹⁶ Etapa dos monopólios e do capital financeiro; esquema tripartite de realização; hegemonia regional; e cooperação antagonica.

riqueza “perdida” para as burguesias compradora e internacional, por meio da apropriação de renda e riqueza de países mais débeis na hierarquia do sistema mundial.

O avanço do subimperialismo contemporâneo reflete o aprofundamento das contradições do capitalismo brasileiro, engendradas, especialmente, pela centralização de capitais nos anos 1990, pelos limites do Modelo Liberal Periférico e pela nova conjuntura internacional dos anos 2000. Mais do que apenas *refletir* as contradições, o subimperialismo dos dias de hoje *reforça* essas contradições. O retorno do protagonismo estatal e a projeção da liderança diplomática e econômica no cenário internacional (FIORI, 2011) não atenuam as condições de dependência externa do país. Pelo contrário, agrava o processo de desindustrialização em curso desde a década de 1980 e a reprimarização da pauta exportadora, intensificando sua vulnerabilidade externa estrutural.

A reorientação estatal e projeção da liderança internacional seria uma espécie de fuga para frente, o que significa que se tenta remediar alguns impactos negativos da dependência sofridos por certas parcelas da classe dominante — ou seja, o vazamento para o exterior de grande parte do mais-valor gerado no país — através de mecanismos que só fazem consolidar a condição de vulnerabilidade externa (vide a prioridade, dada pelo BNDES, aos setores intensivos em recursos naturais). Tanto no plano interno quanto no plano externo, a política prioritária do Estado — depois de cumpridos os compromissos com os rentistas — é favorecer os negócios da grande burguesia interna. Tal orientação, até certo ponto, garante a própria governabilidade e a conservação do padrão de desenvolvimento.

Para uma melhor aproximação das especificidades atuais, segue abaixo uma discussão do subimperialismo de hoje por meio de algumas questões: as relações entre o Estado e os monopólios predominantemente nacionais, o expansionismo externo, o mercado interno, a política de hegemonia regional e a cooperação antagônica com o imperialismo. Não se pretende esgotar o assunto nem se considera que o subimperialismo seja um instrumental teórico acabado (como fenômeno dinâmico, deve estar em permanente construção); apenas se pretende mostrar a pertinência da categoria na interpretação do desenvolvimento brasileiro recente.

4.1 A ÍNTIMA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A BURGUESIA INTERNA NA ERA LULA

O casamento da burguesia interna com o governo Lula teve como resultado a reabilitação do protagonismo estatal em várias frentes, desde a promoção de alterações legais para o favorecimento das exportações até o patrocínio da internacionalização de megacorporações brasileiras.

O processo de monopolização dos anos 1990 teve continuidade nos anos 2000 e, mais uma vez, o BNDES se constituiu no principal agente “patrocinador”. Domingos (2012, p. 55) mostra que o BNDES no governo Lula - que, nos anos 1990, “cumpru a função de financiador direto das privatizações em si e das ‘maturações’ técnico-organizacionais nas empresas recém-privatizadas” -,

reorientou sua atuação para a conformação do capital financeiro¹⁷, promovendo sua integração com os grandes grupos econômicos¹⁸ por meio de mercado acionário. O banco direcionou um volume crescente de recursos para os grandes grupos econômicos nacionais, chegando à quase totalidade de meio trilhão de reais no período Lula (TAUTZ, *et al.*, 2010). Desse modo, possibilitou a concretização de uma série de fusões e aquisições e a internacionalização dos grupos econômicos nacionais na América do Sul e na África lusófona.

Assim, os oligopólios nacionais já favorecidos pelos governos militares nos anos 1970 e pelas privatizações no governo FHC nos anos 1990, mais uma vez puderam contar com o apoio do Estado para intensificarem ainda mais seus processos de expansão. Recursos públicos e o endividamento público patrocinaram a exportação de capitais para países da América do Sul e da África.

A redefinição do BNDES é um marco muito importante na inflexão do padrão de desenvolvimento, mas a reorientação do Estado foi além disso. Houve um significativo crescimento do investimento público nas áreas de infraestrutura social, urbana e de infraestrutura econômica. De acordo com Orair (2012), num primeiro momento, entre 2003 e 2005, os investimentos públicos favoreceram os setores de petróleo e gás e de mineração. Em seguida, ainda tendo como objetivo principal atender à demanda externa, os investimentos aumentaram nos setores de siderurgia e de celulose, dentre outras indústrias capital-intensivo.

O rearranjo no interior das classes dominantes, somado ao realinhamento eleitoral¹⁹ (SINGER, 2012), favoreceu a segunda inflexão no interior do MLP em 2006/2007²⁰. Nesta terceira fase do modelo, foram registradas maiores taxas de crescimento quando comparadas com as duas décadas “perdidas” anteriores, além de uma pequena melhora na distribuição pessoal da renda via aumentos dos salários reais, do crédito e das transferências sociais. Esta foi uma etapa na qual o mercado interno liderou o crescimento econômico — note-se que esse processo foi o resultado de um encadeamento dinâmico iniciado, viabilizado e limitado pela forte demanda chinesa por alimentos e matérias-primas, que aliviou conjunturalmente não somente as restrições externas brasileiras, mas as de todos os países latino-americanos.

¹⁷ O autor se refere à noção clássica de capital financeiro tal como formulada por Hilferding.

¹⁸ No caso, os grupos econômicos não financeirizados organicamente, ou seja, cujo *core business* não eram as finanças.

¹⁹ Conforme demonstrado por Singer (2012), o realinhamento eleitoral ocorreu em 2006 e 2010, transferindo os votos do subproletariado antes dirigidos aos partidos com tradição conservadora para o PT e votos da classe média no sentido contrário.

²⁰ A primeira inflexão foi após a crise de 1999, quando se implementou o segundo regime de política econômica: o tripé macroeconômico em sua forma mais ortodoxa.

O aquecimento do mercado interno fez com que os investimentos escoassem também para outros setores, inclusive os que se relacionam com a melhora da infraestrutura econômica e social. Nesta fase, os investimentos públicos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Brasil Maior e os financiamentos diretos e indiretos de investimentos privados em infraestrutura econômica foram estratégicos para garantir a sustentabilidade do padrão de desenvolvimento. A continuidade do crescimento econômico, do emprego e da renda (cruciais para a manutenção de uma estabilidade mínima da frente neodesenvolvimentista) dependia da construção de “rodovias, ferrovias, aeroportos, energia elétrica, petróleo e gás natural, biocombustíveis e telecomunicações”, as quais constituem precisamente a infraestrutura econômica exigida pelo setor produtivo (ORAIR, 2012).

Ora, as políticas do Estado que promoveram este tipo de investimento elevaram de forma muito significativa a rentabilidade de oligopólios formados desde os anos 1970, como a Camargo Corrêa, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, por exemplo. É verdade que isso também já vinha aumentando há muito mais tempo, desde a desvalorização cambial em 1999 e desde que houve uma tendência de diversificação no setor da construção civil em direção às *commodities* (TAUTZ, *et al.*, 2010). Mas as mineradoras, parte da indústria de transformação – como a automobilística, a de alimentos e bebidas, por exemplo - e as grandes construtoras tornaram-se peças-chave na sustentabilidade do MLP.

Essa relação cada vez mais íntima entre a burguesia interna e o Estado se revelou e se aprofundou de forma ainda mais explícita após a crise econômica mundial de 2008. A reação do governo Lula à crise, mesmo que retardatária, se expressou, entre outras medidas, na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Ao mesmo tempo em que atendia às necessidades de expansão da construção civil, o programa garantiu a continuidade da geração de empregos num momento em que a situação internacional se reverteu completamente.

No governo Dilma, quando ficou muito mais difícil impedir a contaminação da economia brasileira pela crise europeia, tem-se assistido a uma série de incentivos fiscais e outros estímulos com vistas a salvar o grande capital industrial: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para consumidores e empresários, abatimento de impostos para exportadores, redução de tributos no setor de construção civil em imóveis destinados à baixa renda, grandes reduções nas taxas de juros do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, num desafio inédito aos bancos privados, entre tantos outros estímulos para dinamizar a economia.

Enfim, o Estado foi essencial para a expansão do capitalismo brasileiro em várias frentes: através do BNDES elevou o crédito, o financiamento e tornou-se sócio do grande capital, permitindo fusões, aquisições e a internacionalização dos grandes grupos nacionais; através de

investimentos públicos, tais como o PAC e o PMCMV, e através de subsídios e isenções ao capital monopolista. Sob novas formas, a etapa dos monopólios e do capital financeiro se reafirma e se aprofunda no subimperialismo brasileiro.

4.2 O AVANÇO DA EXPORTAÇÃO DE CAPITALS BRASILEIROS

O capitalismo brasileiro recente, mesmo quando o mercado interno passou a ser o carro-chefe do crescimento econômico, jamais descuidou do *front* externo. A expansão do mercado doméstico não foi páreo ao agigantamento das corporações brasileiras, cujas necessidades de investimento e de exportações estavam muito além daquele crescimento. Dessa forma, a Petrobrás, a Gerdau, a Camargo Correa, a Friboi, a Andrade Gutierrez e a Odebrecht, por exemplo, passaram a marcar presença ativa em diversos países sul-americanos, com a Bolívia, o Peru, a Argentina, o Uruguai e o Equador.

A marca que diferencia o expansionismo externo do século XXI daquele que ocorreu nas décadas de 1960/70 é que as relações entre o Brasil e os países sul-americanos se intensificaram mais pela via da exportação de capitais do que da exportação de mercadorias²¹. Nos países do MERCOSUL, 93% do IDE foi realizado pelo Brasil, conforme o Informe Mercosur nº 12, do BID-INTAL, 2006-2007 (FONTES, 2010). No final do segundo governo Lula, o Brasil controlava 50% dos investimentos diretos de toda a América do Sul (LUCE, 2010).

O que se percebe, portanto, é que apesar de o neoliberalismo se manifestar e se impor sobre toda a região, existe uma diferença essencial que se interpõe entre o Brasil e os demais países sul-americanos: o Estado e os grupos econômicos brasileiros são sujeitos decisivos — em conjunto com o capital imperialista — para o processo de desnacionalização das demais economias do continente (LUCE, 2010).

Mas o subimperialismo brasileiro de hoje não é o mesmo de ontem: o novo eixo dinâmico é constituído por empresas produtoras de bens de baixo valor agregado. Entretanto, em termos relativos, o Brasil possui uma estrutura produtiva mais diversificada e mais complexa. Por isso, mesmo em pleno processo de desindustrialização, a economia brasileira tem o poder de induzir seus vizinhos a uma superespecialização produtiva aprofundando a situação de dependência destes países (LUCE, 2011).

A necessidade de garantir o fornecimento de matérias-primas, fontes de energia e mercados para as exportações brasileiras foram (e continuam sendo) satisfeitas por diversos meios: (i) pelas

²¹ O que não implica dizer que as exportações estavam estagnadas. Muito pelo contrário, a tendência estimada das exportações industriais brasileiras para a América Latina foi bastante ascendente entre o primeiro trimestre de 2003 e o terceiro trimestre de 2008, conforme estudo de Cunha, Lélis e Bichara (2013).

fusões e aquisições; (ii) pela importação de energia e matérias-primas baratas: são necessárias para a redução dos custos de produção, elevando a competitividade das empresas brasileiras; (iii) pela remodelação de territórios: a estrutura logística é estratégica para o escoamento mais eficiente de produtos brasileiros para os mercados asiáticos, acelerando o tempo de rotação do capital (LUCE, 2010).

A expansão das multinacionais brasileiras para a América do Sul transcende as necessidades expostas acima (FONTES, 2010):

trata-se da exploração da força de trabalho em outros países (IRLS, 2009, *passim*): não se trata mais de mera exportação de produtos, mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da expansão burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, aplicando no exterior as práticas que aqui conhecemos, tanto da parte de empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas (grifo da autora).

Em nota de rodapé, essa autora continua chamando a atenção para alguns dos impactos sociais do subimperialismo brasileiro no exterior:

Ver as denúncias de assassinatos de trabalhadores e de corrupção promovidos pela Odebrecht no Equador em Landivar (2009, p. 116-126) e, sobretudo, o impressionante dossiê elaborado sobre os impactos e violações da Vale no mundo, resultado do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2010. (FONTES, 2010).

4.3 A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA

Durante o governo Lula, o Estado adotou uma política externa relativamente autônoma, no sentido de garantir uma esfera própria de influência na América do Sul, de forma a integrá-la ao circuito de valorização do capitalismo brasileiro. Na condição de país subalterno, especialmente em relação aos Estados Unidos, a luta pela hegemonia regional do Brasil se constituiu num jogo geopolítico bastante complexo, no qual não poderia haver a pretensão de contestação do imperialismo estadunidense, mas era preciso conter parte de seus avanços na América do Sul. Para isso, foi preciso muita flexibilidade para atender as demandas dos EUA sem comprometer os interesses da burguesia brasileira. Como discutido em tópico anterior, a *política de hegemonia regional* tem uma íntima relação com as relações da chamada *cooperação antagônica* no subimperialismo.

O estabelecimento de uma relação comercial superavitária com os países sul-americanos, a superexploração dos trabalhadores dos países vizinhos, a degradação ambiental no continente provocada pelas multinacionais brasileiras, os danos sobre as comunidades indígenas locais, enfim, o aprofundamento das assimetrias entre o Brasil e os demais países da região e os impactos negativos decorrentes, exigem, além do poder econômico, uma amplificação do poder político no

sistema mundial. Em outras palavras, no caso de um país dependente, como não é possível optar pela coerção, a hegemonia é estritamente por meio de consentimento.

Nesse sentido, o Brasil se reorientou diplomaticamente, buscando obter mais peso na comunidade internacional, lançando mão de múltiplas estratégias: procurou um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, defendeu uma política nuclear com fins pacíficos no Irã, fez um acordo militar com a França e recorreu a uma série de outros mecanismos a fim de melhorar sua posição no mundo e construir uma imagem positiva em seu projeto de “integração regional” (FIORI, 2011, p. 18; LUCE, 2007).

Por outro lado, nos termos da cooperação antagônica, o Brasil precisava da “licença” dos EUA para o exercício da hegemonia regional. Mas, nos limites do possível, não abriu mão de sua autonomia relativa. Assim, adotou uma dupla agenda — a de liberalização e a de estabilização — na qual se procurou solucionar ou aliviar certas contradições. Em relação à agenda de liberalização, podem ser relacionados alguns fatos: negociações na OMC (em Cancún e Hong Kong), autorização para cultivos transgênicos, a os projetos de integração física regional da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e a política dos agrocombustíveis, entre outros. Em relação à agenda de estabilização, de um modo geral, o Brasil se propôs a ser um amortecedor das lutas anti-imperialistas que ocorriam na Venezuela, na Bolívia e no Equador, procurando através de suas ações em diversos eventos, garantir os interesses da Petrobrás e obter prestígio e reconhecimento tanto dos EUA quanto dos países sul-americanos (LUCE, 2007).

5 CONCLUSÃO

A ideia mais geral deste trabalho foi a retomada do debate político-intelectual ocorrido entre cientistas sociais nas décadas de 1960 e 1970 sobre o capitalismo *sui generis* na América Latina, de modo a recuperar uma determinada forma de se interpretar a formação econômico-social brasileira. Tem se constatado, o retorno, no cenário nacional dos últimos 15 anos, do conflito entre os paradigmas da modernização e da dependência²². Neste contexto, o enfoque da modernização é claramente hegemônico na academia, na política e na grande mídia, e sua manifestação pode ser observada, dentre outras maneiras, através de expressões recorrentes tais como “país em desenvolvimento”, “país emergente” ou até mesmo “potência emergente”. Considerando que o paradigma da dependência possui um potencial explicativo ainda subaproveitado, mais especificamente a Teoria Marxista da Dependência (TMD), nos propusemos a participar do trabalho coletivo de resgate e atualização crítica que está em andamento nos últimos anos.

²² Quem afirmou a existência deste conflito foram os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne (*apud* DOS SANTOS, 1998).

Sugerimos que é possível se caminhar num outro sentido, levando às últimas consequências a abordagem sistêmica do capitalismo brasileiro, como o fez Ruy Mauro Marini, em sua Teoria Marxista da Dependência. Esta teoria, mesmo que necessite de uma atualização histórica e de aperfeiçoamento teórico, não resvala para nenhum tipo de reducionismo, seja aquele que autonomiza as partes fragmentadas, ou as abordagens holistas, que se centram no todo em detrimento das partes que o constituem. O paradigma da dependência oferece uma riqueza analítica muito grande, pois seu arcabouço teórico internaliza a dinâmica externa e externaliza seus elementos internos, preservando a perspectiva totalizante da estrutura social.

No entanto, nossa proposta foi trabalhar num nível menos abstrato (ou mais concreto) que a TMD. Por isso, fizemos uma integração analítica entre o conceito de padrão de desenvolvimento de Filgueiras (2013), cuja formulação, em geral, é possível compatibilizar com a economia política da dependência e o conceito de subimperialismo.

Por se situar num nível mais concreto, o bloco no poder se constitui no primeiro atributo definidor do padrão de desenvolvimento, pois expressa a forma como os interesses de cada fração da burguesia são hierarquizados no interior do Estado. A forma como o capitalismo se desenvolve numa época histórica específica no interior de um espaço nacional é subordinada aos interesses da fração burguesa que hegemoniza o bloco no poder. A incompreensão de sua dinâmica prejudica a interpretação do modelo de desenvolvimento.

A identificação do bloco no poder como atributo essencial no padrão de desenvolvimento expressa o espírito da Economia Política e supera em larga escala as análises unilaterais do tema — seja na Economia, na Ciência Política ou nas Relações Internacionais — que recorrentemente incorrem no economicismo ou no politicismo.

Pois bem, percebemos que o subimperialismo é uma categoria que ajuda significativamente na interpretação do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e, mais do que isso, acreditamos que demos um passo no sentido de refutar a ideia de que o governo Lula ressuscitou o desenvolvimentismo, mesmo porque este último também não passa de uma ideologia. Com a categoria de Marini, pudemos estabelecer os nexos entre as várias facetas da dinâmica socioeconômica brasileira, nos aproximando, assim, de uma visão totalizante da realidade do país, bem como de suas reais possibilidades de superar seus problemas.

Vimos que a expansão do capitalismo brasileiro beneficia, fundamentalmente, os setores monopolistas da burguesia, seja do setor financeiro ou produtivo, e que o “desenvolvimento” brasileiro implica numa melhoria marginal nas condições de vida para a maioria de sua população. Em que pese avanços pontuais significativos como o aumento do salário mínimo, do crédito, do emprego formal e das transferências sociais, a natureza estrutural da superexploração da força de

trabalho está na raiz da ofensiva subimperialista, pois diferentemente dos países ricos, a classe trabalhadora tem um papel *relativamente* reduzido na dinâmica do eixo produtivo do país.

A contradição existente entre as chamadas políticas “(neo)desenvolvimentistas” — o PAC, obras de infraestrutura econômica e social, o financiamento das “campeãs nacionais”, o Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros — e as melhorias marginais conquistadas por segmentos da classe trabalhadora pode ser esclarecida se percebermos que, na verdade, se trata da expansão subimperialista brasileira. Este fenômeno se torna ainda mais problemática quando comparamos o subimperialismo de hoje com aquele dos anos 1960 e 1970, pois a vulnerabilidade externa estrutural antes atenuada com a implementação de uma indústria de maior valor agregado, agora está se tornando mais crítica com a desindustrialização e com a reprimarização da pauta exportadora. Em outras palavras, o subimperialismo está consolidando, simultaneamente, sua face agressiva no cenário internacional e sua dependência em relação ao imperialismo.

Portanto, esperamos ter contribuído para desfazer a ideia de que houve qualquer espécie de desenvolvimentismo. O protagonismo estatal, como vimos, está diretamente relacionado com as necessidades de expansão dos monopólios predominantemente nacionais e dos internacionais, expressão, em boa medida, com a conjuntura internacional favorável que observamos a partir de 2001/2002.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Tales. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011. 104 p.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Os países em desenvolvimento estão se tornando desenvolvidos? **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v.1, n. 2, jul./dez. 2011.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Superexploração da força de trabalho e concentração de riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento e dependência**: catédra Ruy Mauro marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 167-187.
- ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida, 30 jul. 2009. Disponível em: <www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=171>. Acesso em: 1 out. 2012.
- BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. México D.F.: ERA, 1983.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série Histórica do Balanço de Pagamentos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: jun. 2013.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A crise e o subterrâneo da "velha toupeira capitalista". In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (org.). **A grande crise capitalista global 2007-2013**: gênese, conexões e tendências. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 23-34.
- BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006. p. 237-264.

- BOITO JR., Armando. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012a. p. 69-106.
- BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 9., 2012b, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escola de Economia de São Paulo da FGV, 2012b. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/node/112505>>. Acesso em: 08 out. 2012.
- BRAGA, José Carlos. Qual conceito de financeirização compreende o capitalismo contemporâneo? In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (org.). **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 117-136.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do Trabalho).
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, 30, n. 4 (120), outubro-dezembro 2010. 663-686.
- CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, 11, n. 1, 2013. p.191-205.
- CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.
- CUNHA, André; LÉLIS, Marcos; BICHARA, Julimar. Impactos da ascensão da China na inserção internacional do Brasil. In: CASTRO, Inez (org.). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 289-370.
- DOMINGOS, Flávio. **Conglomerados nacionais e estado na constituição do capital financeiro no Brasil: uma análise a partir da carteira de ações do BNDES (2002-2010)**. 141f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, UFBA, Salvador, 2012.
- DOS SANTOS, Theotônio dos . **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico**. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- FILGUEIRAS, Luiz. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica Marxista**, n. 30, p. 21-27, 2010.
- FILGUEIRAS, Luiz. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, Inez Silvia Batista (org.). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 371-450.
- FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal periférico e bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: CORECON (org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.
- FILGUEIRAS, Luiz; OLIVEIRA, Elizabeth. A crise econômica mundial do capitalismo. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (org.). **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 77-97.
- FIORI, José Luís. **Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internaiconal soberana**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para discussão CEPAL/IPEA, 42).
- FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, SP, 2011.

- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GORENDER, Jacon. Apresentação. In: MARX, Karl (org.). **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, v. I, I.I, 1983. p. 5-66.
- IGLESIAS, Roberto; COSTA, Katarina. Mapa do investimento brasileiro na América do Sul e no México: análise das informações do IndexInvest Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 109, p. 4-21, Dezembro 2011.
- LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- LUCE, Mathias Seibel. **Brasil va tras la energía y las materias primas de Bolivia y de Sudamérica**. Disponível em: <<http://plataformaenergetica.org/content/2432>>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, janeiro/abril 2013.
- LUCE, Mathias Seibel. Subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 36, 2013. p. 129-141.
- MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. **Insumos Importados e Evolução do Setor Manufatureiro no Brasil**. Brasília: IPEA, 2012. 64f. (Texto para discussão, n. 1780).
- MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm>. Acesso em: 13 nov. 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir S. (org.). **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-165.
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a. p. 21-35.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012b.
- MARQUES, Pedro. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: IPEA/ABET, 2013. 130 p.
- MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento latino-americano e o sistema mundial. In: LEVY, Bettina (org.). **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 153-216.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A Teoria da Conjuntura e a Crise Contemporânea. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana [on-line]**, n. 8, 2009. Disponível em: . Acesso em: 02 mai. 2013.
- MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: catédra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, 19, n. 3 (75), jul-set 1999. 92-112.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. **Economia e Sociedade**, Campinas, 19, n. 3 (40), dez. 2010. p. 637-645.
- ORAIR, Rodrigo. Retomada recente do investimento do setor público no Brasil e os desafios do padrão de financiamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 17., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2012. Disponível em: <www.sep.org.br>. Acesso em: 25 maio 2012.

- OECD. **STAN bilateral trade database by industry and end-use category**. Disponível : <https://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=32186>. Acesso em: 25 jan. 2014.
- OSÓRIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia**. México: M. A. Porrúa-UAM, 2004.
- OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos del analisis social: la realidad social y su conocimiento**. 4. ed. México: FCE, UAM Xochimilco, 2012.
- OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 37-86.
- OSÓRIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 49-70.
- OURIQUES, Nildo. Apresentação. In: MARINI, Ruy Mauro (org.). **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 13-22.
- PINTO, Eduardo Costa. O Eixo Sino-Americano e as Transformações do Sistema Mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (org.). **A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. p. 19-77.
- POCHAMNN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- PRADO, Eleutério. **Economia, complexidade e dialética**. São Paulo: Plêiade, 2009.
- PRADO, Eleutério. **Complexidade e Práxis**. São Paulo: Plêiade, 2011.
- PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, 29.2, 2011. 68-94.
- PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Revista Pensata**, São Paulo, 3, n. 1, ano 3, Nov 2013. 10-29.
- PRADO, Fernando; MEIRELLES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 169-190.
- SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012. p. 672-688.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Angelita Matos. Crítica à noção de subimperialismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 36, 2013. p. 143-151.
- SOUZA, Nilson Araújo de. Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e "ciclo longo". In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 189-230.
- SOUZA, Renildo; BARROSO, Aloísio Sérgio. A maior crise em 70 anos. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (org.). **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 327-350.
- TAUTZ, Carlos et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: CORECON (org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 249-286.
- UNCTAD. **Trade and development report**. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2013_en.pdf. Acesso em: 25 jan. 2014.
- VIEIRA, Pedro. O nacionalismo metodológico no pensamento social latinoamericano e a análise dos sistemas-mundo como possibilidade de sua superação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 18., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira

de Economia Política, 2013. Disponível em:
<<http://www.sep.org.br/upload/article/3000/3022.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.